

Economia - Brasil

País precisa de ajuste com entendimento para enfrentar nova realidade

Leo Wallace
Cochrane Junior*

Era previsível que as bruscas mudanças provocadas pelo aperto monetário — terapia principal da política adotada pelo governo para combater a inflação — exigiriam um grande esforço de todo o universo econômico nacional para ajustar-se à nova realidade.



As doses maciças desse medicamento, que vem tendo uso prolongado, estão provocando efeitos colaterais muito além dos esperados.

A atual conjuntura de dinheiro escasso e elevadas taxas de juros, resultante dessa política, gerou inquietação e insegurança entre os setores produtivos, comerciais e intermediadores de capital.

Por uma consequência natural, os bancos são o primeiro elo da corrente a sentir o impacto da política que a autoridade monetária banca para manter a baixa liquidez do mercado. Essa posição estratégica, somada à falta de informação sobre o mecanismo que regula a taxa de juros, faz com que, não raramente, se atribua ao sistema bancário a responsabilidade pelo elevado custo do dinheiro.

Vale, então, esclarecer que o patamar mínimo que remunera o dinheiro captado pelos bancos, assim como o volume disponível para aplicação, oscila ao sabor da política ditada pela autoridade monetária. Ao recolher aos cofres públicos substanciais parcelas dos depósitos bancários e estabelecer taxas para negociação de títulos públicos. O resto fica por conta de fatores clássicos de mercado como oferta, procura e nível de risco.

Não é preciso ser um "expert" em finanças para compreender que essa conjuntura de dinheiro caro é desfavorável ao sistema bancário. Basta apenas um mero exercício de lógica. Quando a captação atinge custos elevadíssimos, como agora, o risco aumenta na

mesma proporção. O mercado de empréstimos se retrai. Os negócios diminuem. O crédito exige maiores cuidados. Em suma, para as instituições que vivem de vender e comprar dinheiro, toda a cautela é pouca. Difícil aceitar, como querem alguns, que o sistema bancário aprecie mover-se num terreno tão acidentado como esse.

Entretanto, se esse fosse o preço a ser pago para estabilizar a economia, certamente seria pago pelo sistema bancário, sem qualquer objeção.

Não é possível, contudo, desprezar os ensinamentos da teoria econômica, esquecendo que a expectativa inflacionária tem como uma de suas principais balizas a própria taxa de juros. Como consequência do custo financeiro excessivo e oscilante, sobem os custos de produção, incorpora-se esse custo às vendas a prazo, elevam-se os preços, criam-se dificuldades às vezes incontornáveis para as empresas.

E acentua-se o risco de que a inflação venha novamente a desenvolver uma trajetória ascendente. Um quadro que todos os segmentos da economia já conheceram em passado recente e que anseiam por não reviver.

A análise da conjuntura atual revela claramente que o governo prosseguirá com a política de aperto monetário para controlar a inflação. Mas precisará rever o patamar das taxas de juro, estabelecendo índices que desestimulem a especulação através de estoques e barrem o endividamento, sem comprometer a sobrevivência das empresas.

A proximidade de interesses do governo e o conjunto dos setores econômicos do País, quando se trata de estabilizar a economia e retomar o crescimento econômico, não pode permitir desentendimentos.

O ajuste interno precisará ser vencido com agilidade para que, finalmente, o País galgue outro degrau, não menos difícil: o de conquista de maior participação no mercado internacional.

* Presidente da Febraban, da Fenaban e da CNF.